

DIRCURSO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – 730º ANIVERSÁRIO

PROFESSOR DOUTOR JOÃO CARAÇA

Quero, em primeiro lugar, em nome do Conselho Geral e no meu próprio, prestar homenagem a dois eminentes Membros deste Conselho que recentemente desapareceram e cuja dádiva de dedicação e empenho na descoberta de soluções de orientação estratégica para a Universidade nos é muito grata.

Refiro-me a Fernando Lopes da Silva, professor emérito da Universidade de Amesterdão, Prémio Universidade de Coimbra em 2004, na sua primeira edição, doutor *honoris causa* pelas Universidades de Lisboa, Porto e Helsínquia, que nos deixou em maio de 2019; e a João Ataíde das Neves, Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Coimbra, até muito recentemente Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, que nos deixou em fevereiro do corrente ano de 2020. Curvo-me respeitosamente relembrando a memória de ambos.

Celebramos hoje 730 anos de existência da Universidade de Coimbra. Razão de sobra para comemorarmos mas, também, para questionarmos o que a espera no futuro, bem como a contribuição que estamos a dar para a sua evolução.

Sabemos que o novo não nasce por geração espontânea. Tem de ser criado, protegido e fortalecido para depois poder eventualmente surgir como uma inovação ou como um factor de profunda transformação. Na vida não há descontinuidades, apenas inflexões.

As grandes transformações e revoluções dos séculos XVI e seguintes fundaram-se na capacidade de enfrentar o medo do desconhecido e de transformar as fraquezas



em forças, dando uma nova face ao mundo e sobretudo um novo conteúdo e um desígnio.

O valor central da ciência moderna é fundamentalmente o de nos mostrar o papel construtivo do erro, da dúvida e da objecção.

O cidadão é aquele que participa, aquele que objecta, aquele que pede explicações. A democracia depende do livre curso desta atitude básica de interrogar, de pedir explicações. Só assim ela funciona plenamente: o acto de objectar é essencial.

O cidadão e a expressão da cidadania modernos nasceram com a revolução francesa. Bem como a noção de que a soberania reside no povo. «O consentimento dos homens reunidos em sociedade é o fundamento do poder. Aquele que se estabeleceu pela força, só pela força pode subsistir» reza a Encyclopédia [1.12.1765].

Tão importante como a objecção é o erro, pois o erro mostra a importância da dúvida. Só duvida quem sabe. A dúvida implica o conhecimento, nunca a ignorância.

A natureza replica-se, vai-se repetindo... de vez em quando há um erro. Esse erro é a inovação. A inovação é um erro em termos do passado. Não existia anteriormente. Porém, se vingar, será a verdade que regerá a evolução da nova realidade no caminho do seu futuro.

Qualquer época é um período de transição para aqueles que a vivem, onde se confrontam os interesses e os mitos do passado com as aspirações e os entusiasmos do futuro, em que as ilusões de autonomia se cruzam com as forças que impõem as cadeias ao presente. Mas é nesse cadinho de conflitos e crises que emergem as oportunidades.

Por exemplo, hoje em dia, com a globalização e a competição desenfreada, a mercantilização de tudo e as privatizações na esfera pública, os cidadãos tornam-se cada vez mais individualistas, mas vão perdendo sucessivamente os seus direitos.

Tornam-se, no dizer de alguns filósofos, nuns hedonistas angustiados.

Até o futuro foi privatizado! O futuro pertence hoje à Google, à Apple, à Microsoft, à Amazon... já não é parte do património comum da humanidade. É, pois, preciso reagir, é preciso pensar, é preciso discordar! Temos de criar uma grelha de leitura do futuro que nos faça, a todos, aspirar a viver num mundo melhor.

As Universidades têm um papel da maior importância a desempenhar neste campo. As instituições académicas sempre carregaram o futuro no seu ventre, para o doar aqueles que o querem antecipar, criando a possibilidade de transformar as regras do mundo.

A Universidade renova-se e rejuvenesce porque cria e partilha conhecimento novo e porque estimula o espírito crítico.

Quero por isso felicitar os novos doutores, bem como os novos jubilados e aposentados que, certamente em consonância com a sua matriz académica, transmitirão e lutarão pelos valores da crítica, da dúvida e da interrogação junto das gerações presentes e futuras.

A avaliar pelo Prémio Universidade de Coimbra deste ano, a Universidade está também de parabéns pelo seu premiado.

Quero aqui felicitar, em nome do Conselho Geral e no meu próprio, o laureado de 2020, o Engenheiro Carlos Moedas, que recentemente terminou com brilho e dignidade, bem como com o franco elogio da comunidade científica europeia, a sua missão como Comissário Europeu para a Investigação, Ciência e Inovação. Tive ocasião de trabalhar com Carlos Moedas como membro do Grupo de Especialistas sobre Investigação, Inovação e Política Científica a partir de 2014 e vi com agrado no início do corrente ano a sua integração no Conselho de Administração da Fundação Calouste

Gulbenkian, instituição a que dediquei uma fracção considerável da minha vida profissional.

Uma das questões que mais me têm preocupado como Presidente do Conselho Geral da Universidade é a das contingências do caminho que vai seguir no decurso do século XXI. Uma série de debates dedicada a repensar o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) foi lançada, encontrando-se ainda em curso.

O problema central em discussão é, naturalmente, o das implicações da globalização para o Ensino Superior. É claro que as globalizações – e naturalmente esta última que vivemos – não são mais do que o resultado da distribuição do poder hegemónico de uma nação imperial ou quase-imperial.

Nos finais do século XX foi-se formando no mundo um novo espaço transnacional alargado (a globalização contemporânea) que teve como consequência, entre muitas outras, o surgimento de um espaço transnacional para o Ensino Superior.

Este espaço constituiu-se a partir da “desnacionalização” dos sistemas de Ensino Superior, da crescente mobilidade universitária internacional, da emergência de classificações mundiais de instituições, bem como da corrida para constituir universidades de nível mundial (“*world-class*” universities).

Criaram-se assim duas esferas de acção no Ensino Superior – a dos sistemas nacionais e o domínio transnacional – funcionando em simultâneo e mantendo interacções recíprocas, como um espelho da nova divisão internacional do trabalho, bem como da circulação intensa dos capitais financeiros sempre em busca de melhor rentabilidade.

A concepção de universidade de Humboldt [de 1810], que presidiu ao desenvolvimento do sistema universitário no nosso país no século passado, em que a universidade se constitui como foco nacional de civilização e cultura, foi sendo

substituída pela de novos arranjos institucionais, à sombra da ideia de um pretenso novo papel estratégico do conhecimento no aumento da competitividade dos países no quadro mundial.

Em Portugal foi crescendo a pressão para reformular o sistema do Ensino Superior à luz desta “globalização”, que culminou como todos sabemos na instituição do RJIES pela Lei 62/2007. Diploma que previa a revisão do próprio regime instituído dentro de cinco anos, prazo que se encontra completamente ultrapassado.

Foi esta Lei que criou os Conselhos Gerais como órgãos de deliberação e orientação estratégica das instituições do Ensino Superior. Consequentemente, não se tem o nosso Conselho Geral abolido de questionar a situação, as condições e as tendências de evolução do Ensino Superior.

A tarefa não tem porém sido isenta de escolhos nem de surpresas anunciadas. É preciso no entanto que compreendamos cabalmente as dificuldades do caminho que encetamos rumo ao futuro para assegurarmos que podemos chegar aonde queremos.

E que vos posso eu trazer hoje sobre este assunto, complexo sem dúvida, mas de magna importância?

Em primeiro lugar, que a introdução de um novo órgão de governo académico, constituído por um conselho da instituição respectiva a que se adiciona uma representação externa de reconhecido mérito, não veio modificar o patente desinteresse da administração do Estado e da superestrutura política em relação ao papel fundamental e ao contributo crítico do Ensino Superior para o progresso material e moral do país.

As crises não podem justificar que se hipoteque o futuro deste modo. Se os melhores, os mais audazes e os mais inovadores partem, que valores, que atitudes e que comportamentos serão partilhados e transmitidos às gerações futuras?

Certamente, os da conformação, os da continuidade de uma situação de “entalados” entre os interesses de outros, aqueles que tiveram “sorte”.

Mas não é a sorte que regula os destinos dos povos. O fim da história não aconteceu, os mercados não democratizaram o mundo, vemos os totalitarismos à nossa frente sob a forma de um capitalismo autoritário. Somos nós que damos sentido à evolução.

De facto, o Conselho Geral permite uma abertura e uma perspectiva mais alargada da problemática que envolve o Ensino Superior. Resta saber se o seu esforço é suficiente para encetar a transformação necessária. Penso que não tenha sido esta a preocupação principal da introdução destes órgãos no sistema.

Na realidade, a visibilidade deste novo órgão é muito reduzida, quer do ponto de vista interno da respectiva instituição, quer do ponto de vista do seu ecossistema. A impressão que colho é a de que os Conselhos Gerais são “tolerados” por serem uma imposição da lei, embora essa própria lei determine um prazo para a sua revisão que não se cumpre.

Mais, a assimilação do Conselho Geral a um colégio eleitoral que designa o Reitor, faz com que se ocupe um período considerável da sua operação nesse processo. Em alternativa, poderia a assembleia eleitoral, desde que esta tivesse uma composição mais alargada e representativa das estruturas e redes comunicacionais da instituição, ser presidida pelo Presidente do Conselho Geral. Penso que se ganharia em eficiência e eficácia.

Os Conselhos Gerais são órgãos de governo das instituições do Ensino Superior. Este facto devia ter obrigado a uma reestruturação que tivesse garantido a provisão de recursos humanos, materiais, financeiros e de informação para o seu funcionamento. Mas a lei não a previu, não a determinou, deixando os Conselhos Gerais à mercê da boa vontade dos reitores que se vão sucedendo na liderança das instituições.

Finalmente, a actividade dos Conselhos Gerais precisa de ser avaliada do ponto de vista da sua produção estratégica e intelectual, bem como da sua contribuição para o estímulo do espírito crítico e da cultura académica. Na Universidade de Coimbra, está a ser ultimado um exercício de auto-avaliação que será publicado no final do corrente ano, para benefício dos futuros membros do Conselho Geral e de outros interessados.

Ao longo destes 730 anos foi a Universidade palco de muitas transformações e reformas. E irá continuar a sê-lo. A vida das instituições é fruto da sua capacidade cognitiva e das mutações que lhes permitem adaptar-se a novas condições. Em sociedade, essas mutações são as novas aprendizagens, que elas próprias inventam, assimilam e difundem.

Permito-me assim terminar com um desafio: o de sermos capazes de criar uma nova *polis* que articule os saberes e as ocupações, que dê um sentido à vida colectiva, que integre cidade e território, onde, em suma, nos reconheçamos como seres livres e iguais, em direitos e deveres, oportunidades e obrigações.

Nada é permanente, tudo se transforma. Estamos sempre de passagem. Mas que seja para melhor!